



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



NATANAEL DE SOUSA NORONHA

**HISTÓRIA E IMPLANTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL:
contribuições da PMGO para a segurança pública em Goiânia**

GOIÂNIA-GO

2025

NATANAEL DE SOUSA NORONHA

**HISTÓRIA E IMPLANTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL:
contribuições da PMGO para a segurança pública em Goiânia**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2025

HISTÓRIA E IMPLANTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL: contribuições da PMGO para a segurança pública em Goiânia

HISTORY AND IMPLEMENTATION OF COMMUNITY POLICING IN BRAZIL: contributions of the PMGO to public safety in Goiânia

Natanael de Sousa Noronha¹
Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

O paradigma da segurança participativa brasileira caracteriza-se como estratégia de gestão da ordem pública fundamentada na cooperação entre órgãos policiais e cidadania organizada, possibilitando medidas profiláticas e reativas frente à desordem criminal por intermédio do engajamento coletivo. Derivado de práticas externas, notadamente o aparato Koban nipônico e experiências cariocas oitocentistas, tal paradigma confronta resistências corporativas e demanda calibrações situacionais. Na Polícia Militar goiana (PMGO), os esforços na capital estadual objetivam robustecer credibilidade corporativa e otimizar respostas localizadas. Este trabalho visa examinar a trajetória evolutiva do modelo participativo de segurança no Brasil, enfocando táticas da PMGO em Goiânia e seu papel na contenção delitiva. Especificamente, busca-se: mapear momentos decisivos históricos, catalogar táticas operacionalizadas e mensurar resultados segundo visões dos agentes. Metodologicamente, empregou-se desenho qualitativo articulando escrutínio documental (relatórios, manuais PMGO) e instrumentos semiestruturados aplicados virtualmente a 40 operadores, predominantemente discentes-praças. Achados principais: conhecimento intermediário de referências globais, realce em eventos pós-2000, predominância de programas formativos-comunitários, capacitação avaliada satisfatoriamente, descrédito civil como empecilho maior, queda acentuada em taxas ofensivas e impacto favorável na fidedignidade cidadã, com aproximação interpessoal como vetor primordial. Conclui-se que iniciativas da PMGO colaboram com segurança social goianiense, embora requeiram superação de óbices estruturais e aportes em qualificação e aparato tecnológico para ampliação de resultados.

Palavras-chave: Policiamento comunitário; PMGO; Segurança pública; Goiânia; Prevenção criminal.

Abstract

The Brazilian participatory security paradigm is characterized as a public order management strategy grounded in cooperation between police agencies and organized citizenship, enabling prophylactic and reactive measures against criminal disorder through collective engagement. Derived from external practices, notably the Japanese Koban apparatus and nineteenth-century Rio de Janeiro experiences, such paradigm confronts corporate resistances and demands situational calibrations. In the Goiás Military Police (PMGO), efforts in the state capital aim to strengthen corporate credibility and optimize localized responses. This work seeks to examine the evolutionary trajectory of the participatory security model in Brazil, focusing on PMGO tactics in Goiânia and their role in crime containment. Specifically, it aims to: map decisive historical moments, catalog operationalized tactics, and measure results according to agents' views. Methodologically, a qualitative design was employed, articulating documentary scrutiny

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: pmgonatanael@gmail.com. Telefone: 61 99678-7722.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Análise Criminal. Bacharel em Ciências Contábeis. Email: carlavieirafagundesleao@gmail.com.

(PMGO reports, manuals) and semi-structured instruments applied virtually to 40 operators, predominantly student-enlisted personnel. Main findings: intermediate knowledge of global references, emphasis on post-2000 events, predominance of community-formative programs, training evaluated satisfactorily, civil discredit as major impediment, sharp decline in offensive rates, and favorable impact on citizen trust, with interpersonal proximity as primary vector. It is concluded that PMGO initiatives collaborate with Goiânia's social security, although they require overcoming structural obstacles and contributions in qualification and technological apparatus for expanding results.

Keywords: Community policing; PMGO; Public security; Goiânia; Crime prevention.

1 INTRODUÇÃO

A estratégia participativa de segurança estabeleceu-se no cenário nacional como alternativa de vinculação entre estruturas policiais-militares e coletividades locais, estimulando elos entre operadores da ordem e residentes para atuação integrada na gestão da criminalidade. Tal paradigma organizacional, tributário de experiências nipônicas (postos Koban) e norte-americanas, constitui resposta às debilidades do paradigma tradicional-reativo, identificado por abordagens primordialmente coativas.

Na Polícia Militar goiana (PMGO), os programas de segurança participativa na capital buscam harmonização com princípios democrático-cidadãos, expandindo legitimidade social e refinando intervenções territorializadas. Todavia, segundo Ribeiro e Montandon (2015), tal adoção enfrenta embaraços, incluindo resistências corporativas e exigências de ajuste às especificidades regionais. Trabalhos como Cunha e Cunha (2013) ressaltam a importância de retrospectivas históricas para capturar dinâmicas institucionais, justificando investigações sobre táticas da PMGO.

O questionamento norteador deste estudo é: de que maneira a PMGO operacionalizou o policiamento participativo em Goiânia e como tais táticas contribuíram para contenção criminal na capital? A investigação assume postura equilibrada, examinando progressos (aproximação polícia-cidadania, redução ofensiva) e obstáculos (renitência cultural interna, carência de insumos). A lacuna de estudos sistemáticos sobre práticas da PMGO em Goiânia reforça a necessidade de mapear suas táticas e resultados, considerando dinâmicas urbanas complexas da capital.

A justificativa reside na pertinência de apreender evolução histórica e implementação do modelo participativo no Brasil, priorizando ações da PMGO, para mensurar eficácia na contenção delitiva. A adoção pela PMGO representa esforço de ampliação de credibilidade e promoção de segurança colaborativa, mas a ausência de análises detalhadas limita compreensão

de resultados goianienses. Este trabalho visa fornecer subsídios para aperfeiçoamento de políticas públicas, identificando boas práticas e entraves enfrentados pela PMGO. Os achados podem subsidiar formulação de táticas mais integradas, reforçando capacidade institucional de responder a demandas sociais goianienses e promovendo ordem pública alinhada a fundamentos cidadãos. Essa abordagem permite capturar experiências diretas e percepções corporativas gerais, revelando resistências e oportunidades de forma extensiva.

O objetivo geral é examinar a evolução histórica do policiamento participativo no Brasil, focando táticas de implantação pela PMGO em Goiânia e avaliando contribuições para contenção criminal. Objetivos específicos: mapear evolução histórica do modelo participativo no Brasil, ressaltando influências e momentos-chave; catalogar táticas de policiamento participativo implantadas pela PMGO em Goiânia; mensurar impactos das ações da PMGO na contenção criminal da capital goiana, fundamentado em percepções de policiais-militares.

A investigação articulou escrutínio documental e levantamento empírico. Foram examinadas fontes institucionais da PMGO (relatórios, manuais, portarias) para mapear táticas de segurança participativa em Goiânia. Também foram aplicados questionários online a policiais-militares da PMGO, selecionados por amostragem por acessibilidade via distribuição interna. A análise de resultados identificou padrões e tendências nas práticas adotadas, considerando perspectivas variadas na corporação.

2 REVISÃO TEÓRICA

A estratégia participativa de ordem pública no Brasil desenvolveu-se enquanto paradigma de reconfiguração da gestão da segurança como prática colaborativa, estimulando articulações entre aparatos coercitivos estatais e coletividades civis para combate coordenado de delitos. Tal doutrina operacional, consolidada durante as décadas finais do século XX (1980-1990), incorpora tributações de práticas externas, notadamente o arranjo nipônico Koban, estruturado em instalações policiais descentralizadas voltadas à arbitragem de tensões sociais e antecipação de ofensas, direcionado à resolução de problemáticas territoriais específicas.

Na capital fluminense, o Coronel Nazareth Cerqueira sobressaiu como pioneiro de programas focados em diálogo institucional e reciprocidade fiduciária, representando a transição do arquétipo coercitivo autoritário para orientação cívico-democrática. O movimento redemocratizante subsequente a 1985 impulsionou reivindicações transformadoras sobre corporações militares-estaduais, porém a persistência de abordagens repressivas estabeleceu

impedimentos consideráveis, obstaculizando a assimilação integral do paradigma participativo (Menezes, 2023; Azevedo; Nascimento, 2016; Bohn, 2013).

A trajetória da Polícia Militar de Goiás (PMGO) fornece arcabouço contextual fundamental para apreender a operacionalização do policiamento participativo em Goiânia. Estabelecida em meados do Oitocentos (1858), a corporação inicialmente desempenhava funções de controle social e coerção, com articulações comunitárias limitadas. Reestruturações ao longo do Novecentos visaram modernização institucional, inserindo transformações administrativo-operacionais, todavia até a década de noventa predominava o arquétipo ostensivo-coercitivo, caracterizado por condutas reativas e distanciamento da população (Souza, 1999).

A incorporação da segurança participativa, iniciada nas décadas de 1990 e 2000, configurou tentativa de reorientação institucional, fomentando programas destinados ao fortalecimento de vínculos populares. Tais iniciativas confrontaram empecilhos, incluindo reticências de efetivos habituados a metodologias tradicionais e demandas de adequação às especificidades urbanas goianienses, marcadas por disparidades socioeconômicas, taxas delitivas elevadas e expansão demográfica acelerada (Brito, 1991; Cunha; Cunha, 2013).

As táticas de policiamento participativo operacionalizadas pela PMGO em Goiânia englobam implantação de postos comunitários, rondas pedestres, articulações com lideranças territoriais e ações formativas. Os núcleos de segurança comunitária, alocados em zonas periféricas, objetivam consolidar presença contínua para arbitrar conflitos locais, prevenir ilícitos e construir credibilidade junto aos residentes. O policiamento pedestre, conquanto menos utilizado em função de exigências de mobilidade, propicia ampliação de visibilidade e aproximação interpessoal com cidadãos, enquanto intervenções pedagógicas, abarcando atividades escolares e campanhas educativas, almejam contenção da delinquência juvenil e disseminação de valores cívicos (Haefliger; Herdman, 2024; Ribeiro; Montandon, 2015).

A implementação dessas táticas, contudo, defronta obstáculos substantivos, como déficit de contingente e insumos materiais, somado a resistências intracorporativas entre operadores que apreendem o policiamento participativo como menos valorizado ou eficiente comparativamente a operações coercitivas. A calibração às particularidades territoriais, contemplando elevadas taxas ofensivas e descrédito histórico relativo à polícia, demanda planejamento estratégico e qualificação especializada, dimensões que permanecem constringidas na PMGO (Ferreira; Borges, 2021; Silva; Barros Filho, 2024).

Os efeitos do policiamento participativo na contenção criminal em Goiânia demonstram resultados ambíguos, com progressos localizados e desafios remanescentes. Em territórios onde a articulação polícia-comunidade é constante, verifica-se diminuição de ofensas como

subtrações, assaltos e delitos violentos, acompanhada de acréscimo na fidúcia populacional. Os núcleos comunitários goianienses, por exemplo, colaboraram para decréscimo da violência em setores delimitados, promovendo maior percepção de proteção entre habitantes (Silva; Borba, 2018; Haefliger; Herdman, 2024).

Não obstante, a descontinuidade, a insuficiência de recursos e a abrangência restrita dessas iniciativas limitam seus impactos em escala municipal. O descrédito em territórios marginalizados, onde a corporação é frequentemente associada a práticas coercitivas, compromete a receptividade dos núcleos comunitários e a efetividade das táticas profiláticas. Programas formativos, embora auspiciosos, confrontam barreiras decorrentes da ausência de engajamento civil e da concepção de que a ordem pública depende prioritariamente de ações repressivas em detrimento de preventivas (Ferreira; Borges, 2021).

A evolução da segurança participativa no Brasil vincula-se intrinsecamente a contextos histórico-políticos e sociais. O processo redemocratizante amplificou demandas por ordem pública compatível com fundamentos democráticos, pressionando corporações militares a abandonarem condutas autoritárias herdadas do regime ditatorial. Programas federais, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), operacionalizado nos anos 2000, intentaram expandir o policiamento participativo, incentivando estabelecimento de núcleos e capacitação de operadores em práticas colaborativas. Todavia, a implementação oscilou significativamente entre unidades federativas, com resultados inconsistentes devido ao déficit de recursos, padronização e sustentação política (Azevedo; Nascimento, 2016).

Em Goiás, a PMGO assimilou o policiamento participativo tardiamente, influenciada por pressões sociais e políticas regionais, bem como pela necessidade de responder ao incremento delitivo em Goiânia. A urbanização acelerada da capital, conjugada com assimetrias socioeconômicas, gerou cenário complexo, exigindo táticas customizadas que nem sempre foram integralmente operacionalizadas (Bohn, 2013; Cunha; Cunha, 2013; Menezes, 2023).

A qualificação profissional atua na consolidação da segurança participativa, mas apresenta constrangimentos significativos na PMGO. Os currículos formativos priorizam competências táticas e operacionais, com limitada ênfase em técnicas de arbitragem, diálogo comunitário e resolução de tensões. Tal abordagem espelha cultura organizacional que valoriza resultados quantitativos, como detenções e apreensões, em detrimento de práticas profiláticas e colaborativas. Operadores frequentemente percebem o policiamento participativo como secundário, o que contribui para reticências internas e dificulta adesão às táticas propostas (Ferreira; Borges, 2021; Silva; Barros Filho, 2024).

A inserção de programas de qualificação permanente, com enfoque em direitos humanos, comunicação interpessoal e gestão comunitária, poderia robustecer a implementação, mas tais iniciativas permanecem rudimentares. A insuficiência de capacitação adequada reforça a percepção de que o policiamento participativo é menos eficiente, perpetuando a predileção por abordagens coercitivas entre operadores (Ribeiro; Montandon, 2015; Haefliger; Herdman, 2024).

A incorporação de aparatos tecnológicos ao policiamento participativo constitui perspectiva auspiciosa para ampliar profilaxia e contenção delitiva, mas confronta barreiras operacionais em Goiânia. Sistemas de videomonitoramento, aplicativos de denúncia e plataformas digitais de articulação comunitária podem otimizar identificação de problemáticas territoriais e resposta policial. Contudo, a PMGO emprega tais ferramentas limitadamente, devido a restrições orçamentárias, carência de infraestrutura e ausência de qualificação para operadores (Silva; Borba, 2018).

A efetividade dos aparatos tecnológicos depende de sua fusão com práticas comunitárias, como diálogo interpessoal e presença policial nos núcleos, para edificar fé e legitimidade. Em Goiânia, a implementação tecnológica é incipiente, com projetos-piloto em zonas específicas, porém sem escala suficiente para impactar criminalidade municipal. A receptividade comunitária dessas ferramentas também oscila, com maior reticência em territórios onde a corporação enfrenta descrédito histórico (Nunes; Scamati, 2025; Haefliger; Herdman, 2024).

As reticências comunitária e institucional constituem impedimentos fundamentais para o policiamento participativo em Goiânia. Em territórios periféricos, a histórica de abordagens coercitivas e violações de direitos gera descrédito, dificultando adesão populacional aos núcleos comunitários e aos programas de articulação. A cultura organizacional da PMGO, caracterizada por hierarquia rígida e ênfase em resultados imediatos, desincentiva práticas colaborativas, com operadores frequentemente relutantes em assumir papéis de mediadores ou educadores (Ribeiro; Montandon, 2015).

Transformações estruturais, como reorientação da gestão policial, robustecimento da qualificação e maior engajamento da sociedade civil, são necessárias para transcender essas barreiras. Em Goiânia, os progressos do policiamento participativo são territorializados, com iniciativas exitosas em setores delimitados, porém a ausência de transformação abrangente limita seu impacto na ordem pública municipal (Ferreira; Borges, 2021; Silva; Barros Filho, 2024).

A análise equilibrada do policiamento participativo no Brasil e em Goiânia revela panorama de avanços e desafios. A evolução histórica, marcada por tributações externas e

programas nacionais, moldou a assimilação do paradigma pela PMGO, porém a reticência autoritária e o déficit de recursos persistem. As táticas goianienses, como núcleos comunitários, rondas pedestres e programas formativos, promovem fidúcia e profilaxia, mas confrontam limitações de escala, qualificação e receptividade. A formação profissional e a incorporação de aparatos tecnológicos oferecem oportunidades para aprimorar efetividade, mas demandam investimentos e mudanças culturais (Azevedo; Nascimento, 2016).

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou desenho qualitativo, apropriado para examinar trajetória evolutiva e consequências das táticas de segurança participativa operacionalizadas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) em Goiânia. A fusão entre escrutínio de fontes documentais e coleta empírica permitiu identificação de padrões comportamentais institucionais, compatibilizando-se com propósitos de reconstituir percursos históricos, catalogar modalidades operacionais e aferir consequências.

O escrutínio documental foi efetivado mediante consulta a materiais institucionais da PMGO, abarcando relatórios técnicos, manuais operacionais e normativos relacionados à segurança participativa em Goiânia. Tais documentos foram analisados para contextualizar programas desenvolvidos, como iniciativas de articulação comunitária ou funcionamento de postos específicos, e para rastrear sua implementação temporalmente.

O levantamento empírico consistiu na aplicação de instrumentos semiestruturados, distribuídos virtualmente via plataforma Google Forms, a operadores policiais-militares da PMGO em geral, contemplando diversas patentes e graus de experiência profissional. Foi empregada seleção por acessibilidade, com disseminação intracorporação para alcançar representatividade ampla, assegurando incorporação de visões de operadores com ou sem vivência direta em programas participativos.

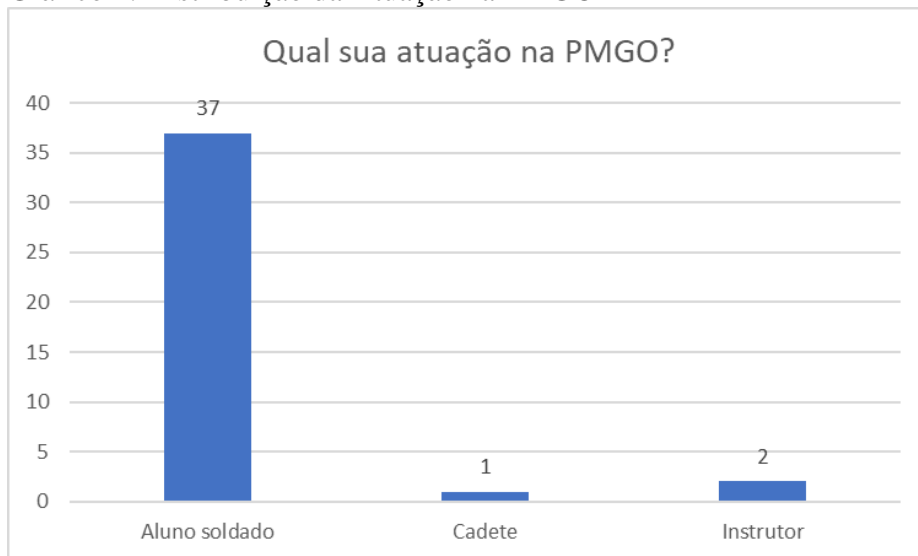
Os dados obtidos, tanto dos instrumentos quanto das fontes documentais, foram processados mediante técnica de análise categorial, sistematizando informações em unidades analíticas que espelharam os propósitos específicos, como marcos evolutivos, modalidades operacionais e consequências na criminalidade, com realce em percepções corporativas. Essa abordagem qualitativa possibilitou explorar não apenas condutas diretas, mas também compreensões gerais da corporação, harmonizando-se com o instrumento que mensurou conhecimento e avaliações subjetivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos integra a revisão de documentos institucionais da Polícia Militar de Goiás (PMGO) com as respostas de 40 policiais militares, coletadas por meio de questionários semiestruturados distribuídos online via Google Forms. Os participantes compõem uma amostra predominantemente de policiais em fase inicial de carreira, permitindo examinar percepções formadas durante o treinamento básico sobre o policiamento comunitário.

Os respondentes apresentam um perfil marcado pela predominância de alunos soldados, representando 37 dos 40 participantes, o que corresponde a 92,5% da amostra, com cadetes e instrutores em proporções mínimas de 2,5% e 5%, respectivamente. Essa configuração da amostra indica visões influenciadas pela capacitação recente, direcionando a atenção para o Gráfico 1 e o Gráfico 2, que detalham essas distribuições.

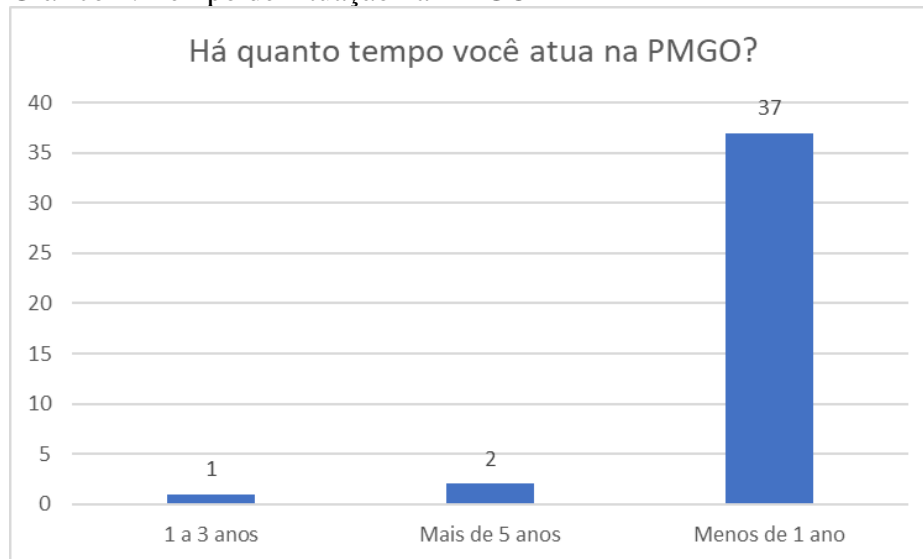
Gráfico 1: Distribuição da Atuação na PMGO



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Em termos de tempo de serviço, 37 participantes atuam há menos de um ano, equivalendo a 92,5%, enquanto os demais distribuem-se entre um a três anos (2,5%) e mais de cinco anos (5%).

Gráfico 2: Tempo de Atuação na PMGO



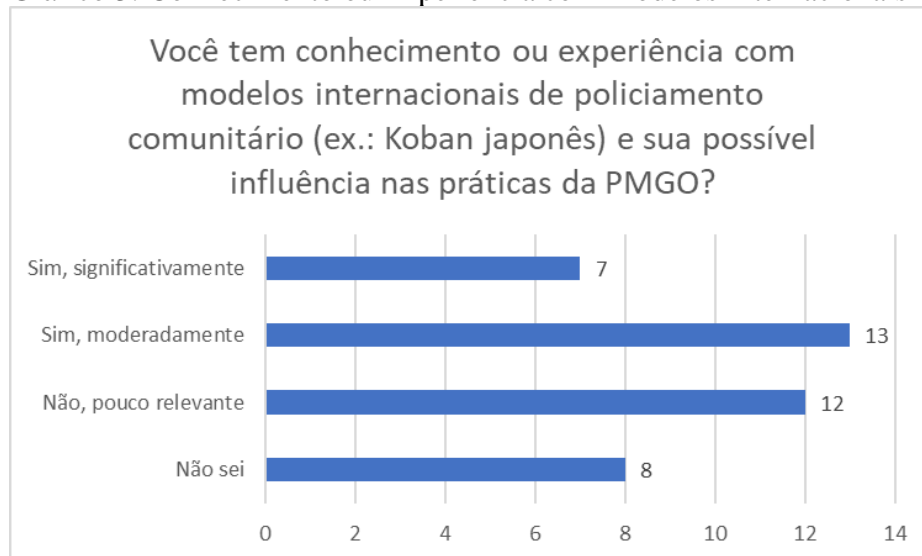
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A composição da amostra, conforme ilustrada nos Gráficos 1 e 2, dialoga com a literatura que examina a formação policial na PMGO, onde Cunha e Cunha (2013) delineiam a trajetória institucional desde sua fundação em 1858, destacando reformas que visam romper com abordagens repressivas. Da mesma forma, Ribeiro e Montandon (2015) analisam a incorporação de filosofias comunitárias em organizações policiais militares, sugerindo que policiais novatos representam um vetor para mudanças, embora enfrentem barreiras culturais enraizadas na hierarquia tradicional.

No que concerne ao conhecimento sobre modelos internacionais de policiamento comunitário, como o sistema Koban japonês, 13 respondentes indicam familiaridade moderada (32,5%), 12 consideram-no pouco relevante (30%), oito declaram desconhecimento (20%) e sete apontam influência significativa (17,5%). Essa distribuição reflete uma assimilação parcial de referências externas nas práticas da PMGO, guiando para o Gráfico 3, que apresenta essas proporções.

Os dados expostos no Gráfico 3 convergem com as observações de Haefliger e Herdman (2024), que discutem a adaptação de modelos estrangeiros para realidades locais em estratégias de segurança pública, enquanto Azevedo e Nascimento (2016) identificam persistências autoritárias que limitam a integração de abordagens preventivas, reforçando a necessidade de maior ênfase em capacitações que incorporem essas influências.

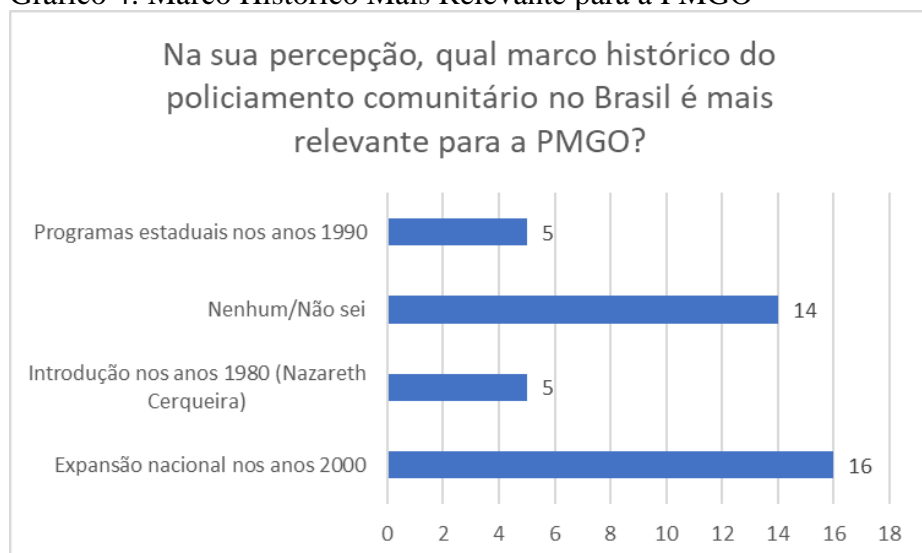
Gráfico 3: Conhecimento ou Experiência com Modelos Internacionais



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Quanto aos marcos históricos do policiamento comunitário no Brasil relevantes para a PMGO, 16 participantes destacam a expansão nacional nos anos 2000 (40%), 14 optam por nenhum ou desconhecem (35%), e cinco cada selecionam a introdução nos anos 1980 associada a Nazareth Cerqueira ou programas estaduais nos anos 1990 (12,5% cada). Tal percepção prioriza desenvolvimentos recentes, orientando para o Gráfico 4, que ilustra essa hierarquia.

Gráfico 4: Marco Histórico Mais Relevante para a PMGO

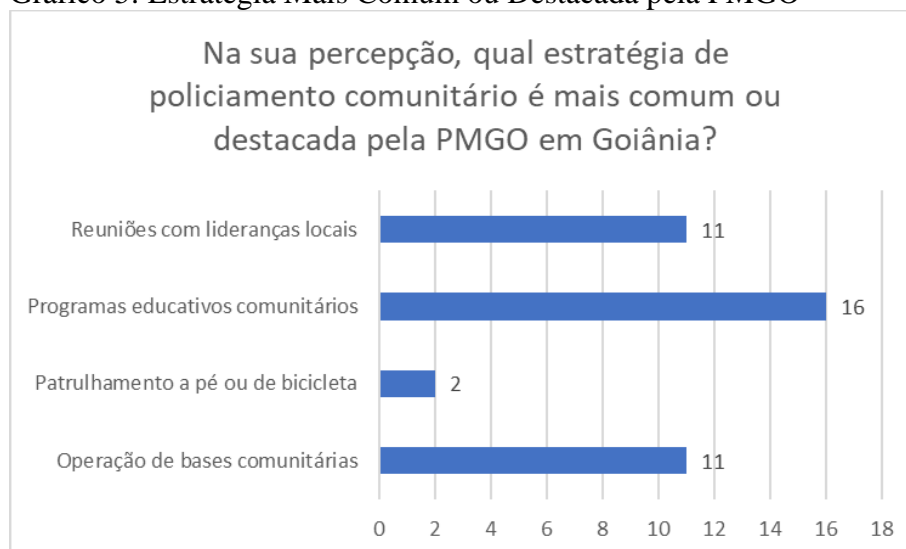


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 4 corrobora as análises de Menezes (2023), que traça a genealogia do policiamento comunitário a partir de contribuições como as de Cerqueira, e de Bohn (2013), que examina a transição para uma polícia orientada à cidadania, alinhando-se à história específica da

PMGO delineada por Souza (1999) e Cunha e Cunha (2013), onde reformas tardias respondem a demandas sociais pós-redemocratização.

Gráfico 5: Estratégia Mais Comum ou Destacada pela PMGO



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

As estratégias de policiamento comunitário percebidas como mais comuns em Goiânia incluem programas educativos comunitários, citados por 16 respondentes (40%), seguidos de operações de bases comunitárias e reuniões com lideranças locais, ambas com 11 menções (27,5% cada), e patrulhamento a pé ou de bicicleta com duas (5%). Essa ênfase em ações educativas direciona para o Gráfico 5, que retrata essas preferências.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, as respostas ecoam as estratégias descritas por Haefliger e Herdman (2024), que valorizam intervenções educativas para mediação de conflitos, e por Ribeiro e Montandon (2015), que investigam a reformulação discursiva em polícias militares, embora Ferreira e Borges (2021) apontem limitações operacionais que reduzem a visibilidade de patrulhamentos dinâmicos.

A avaliação do treinamento para policiamento comunitário revela 20 respondentes considerando-o muito adequado (50%), 17 adequado (42,5%) e três pouco adequado (7,5%). Essa predominância positiva sugere uma base formativa alinhada, levando ao Gráfico 6, que expõe essas avaliações.

O Gráfico 6 relaciona-se às críticas de Silva e Barros Filho (2024) sobre currículos que priorizam táticas repressivas, contrastando com as perspectivas de Ferreira e Borges (2021) e Haefliger e Herdman (2024), que advogam por treinamentos em mediação e resolução de conflitos para consolidar práticas comunitárias.

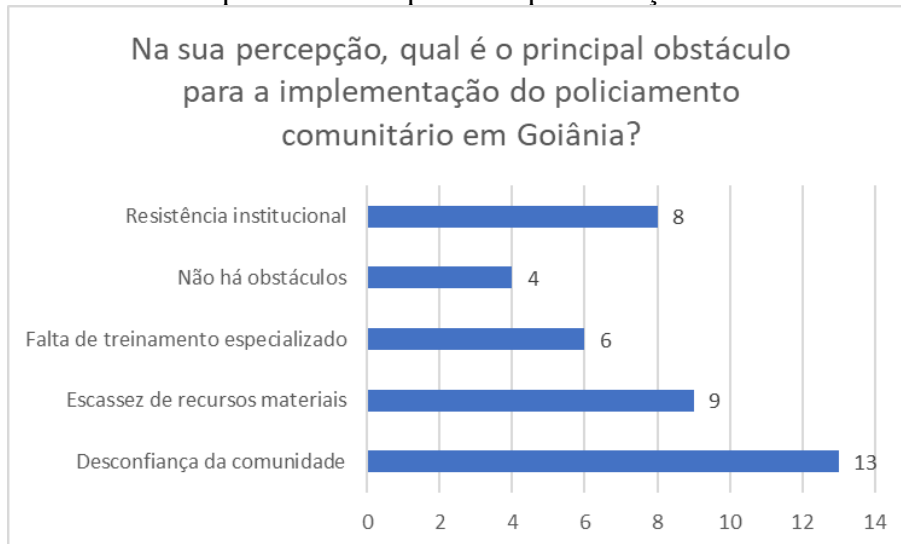
Gráfico 6: Avaliação do Treinamento Recebido



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os obstáculos principais identificados englobam desconfiança da comunidade por 13 participantes (32,5%), escassez de recursos materiais por nove (22,5%), resistência institucional por oito (20%), falta de treinamento especializado por seis (15%) e ausência de obstáculos por quatro (10%). Essa ordem de prioridades guia para o Gráfico 7, que as quantifica.

Gráfico 7: Principal Obstáculo para a Implementação

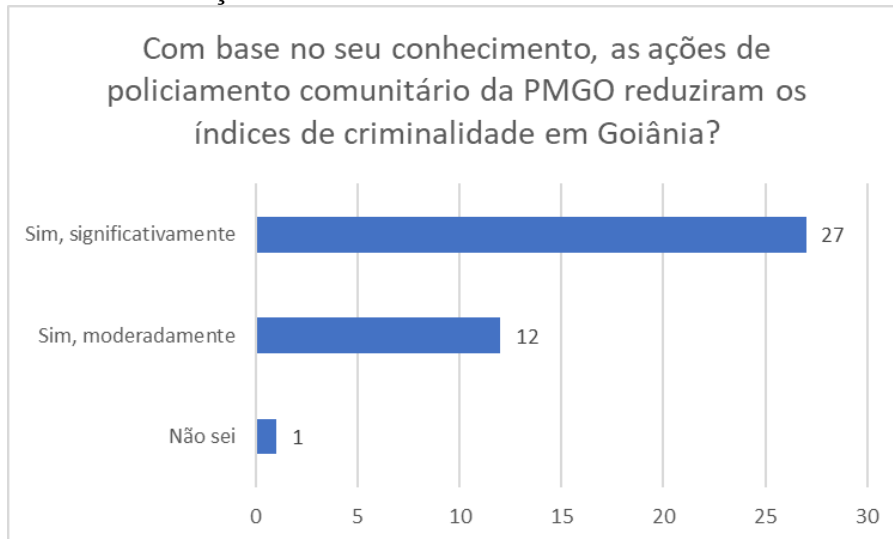


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Como ilustrado no Gráfico 7, os achados dialogam com Ferreira e Borges (2021), que exploram dicotomias nas práticas de segurança, e com Ribeiro e Montandon (2015), que examinam resistências internas, enquanto Azevedo e Nascimento (2016) e Cunha e Cunha (2013) contextualizam a desconfiança como herança de abordagens autoritárias na PMGO.

O Gráfico 8 apresenta as percepções em relação à redução dos índices de criminalidade em Goiânia atribuída às ações comunitárias da PMGO.

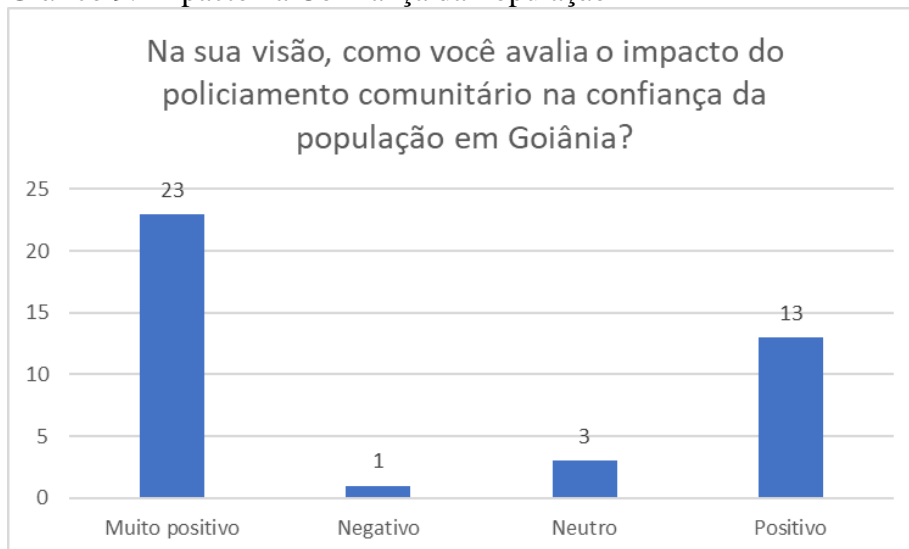
Gráfico 8: Redução nos Índices de Criminalidade



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 8 apresenta 27 respondentes percebem impacto significativo (67,5%), 12 moderado (30%) e um declara desconhecimento (2,5%). Alinha-se às evidências de Silva e Borba (2018) sobre efeitos positivos em municípios com programas comunitários, e de Haefliger e Herdman (2024), que avaliam contribuições para prevenção, embora Nunes e Scamati (2025) proponham a integração de tecnologias para potencializar tais resultados.

Gráfico 9: Impacto na Confiança da População

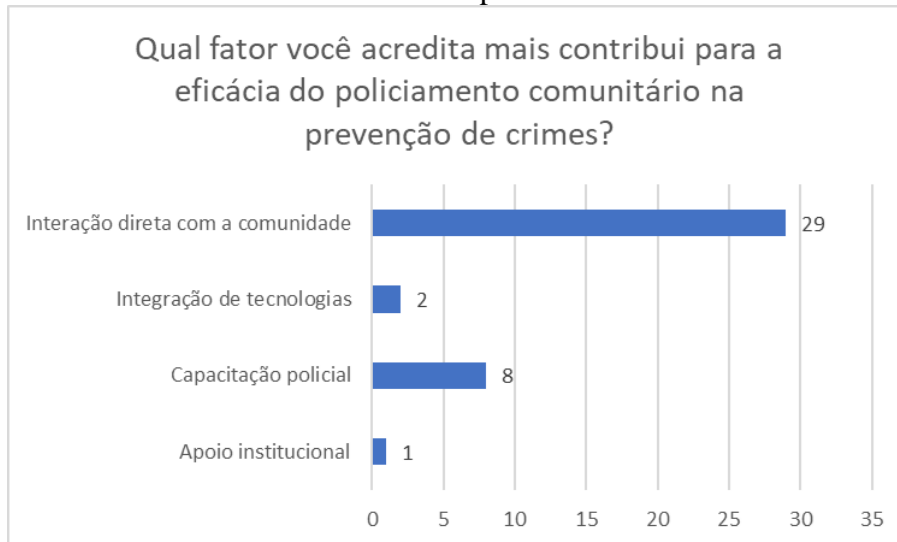


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O impacto na confiança da população é avaliado como muito positivo por 23 participantes (57,5%), positivo por 13 (32,5%), neutro por três (7,5%) e negativo por um (2,5%). Conforme o Gráfico 9, os dados convergem com Silva e Borba (2018), que associam policiamento comunitário à legitimação policial, e com Menezes (2023), que destaca o papel de pioneiros na construção de confiança, contrastando com as barreiras identificadas por Ferreira e Borges (2021).

Os fatores que mais contribuem para a eficácia na prevenção de crimes incluem interação direta com a comunidade, indicada por 29 respondentes (72,5%), capacitação policial por oito (20%), integração de tecnologias por dois (5%) e apoio institucional por um (2,5%). Essa priorização leva ao Gráfico 10, que a quantifica.

Gráfico 10: Fator Mais Contribuinte para Eficácia



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 10 reforça as análises de Haefliger e Herdman (2024) sobre a proximidade como eixo central do policiamento comunitário, e de Nunes e Scamati (2025), que defendem tecnologias em cidades inteligentes, enquanto Silva e Barros Filho (2024) enfatizam a capacitação para otimizar prevenções.

Os resultados examinados respondem ao problema de pesquisa ao demonstrar que a implementação do policiamento comunitário pela PMGO em Goiânia, influenciada por marcos históricos como a expansão nos anos 2000, contribui para a redução de criminalidade e o fortalecimento da confiança, apesar de obstáculos como desconfiança comunitária.

O objetivo geral de analisar a evolução histórica e as estratégias é atendido pelos padrões identificados, com ênfase em programas educativos e interação direta, enquanto os

objetivos específicos de traçar marcos, identificar estratégias e avaliar impactos revelam avanços moderados, alinhados a uma formação inicial positiva, mas demandando superação de resistências institucionais para maior efetividade na segurança pública goianiense.

5 CONCLUSÃO

O exame da trajetória evolutiva e da operacionalização da segurança participativa no Brasil, com realce nas contribuições da Polícia Militar de Goiás (PMGO) para ordem pública em Goiânia, demonstra progressos substantivos no estímulo à perspectiva colaborativa e profilática. Os propósitos do estudo foram satisfeitos ao rastrear marcos históricos tributários de modelos globais e pioneiros domésticos, catalogar modalidades como postos comunitários, rondas pedestres, articulações com lideranças e programas formativos, e mensurar impactos positivos na diminuição de taxas ofensivas e no robustecimento da fidúcia popular.

Os achados, derivados de escrutínio documental e percepções de 40 operadores majoritariamente em fase formativa inicial, ressaltam a aproximação interpessoal com a população como componente nuclear para efetividade, compatibilizando-se com a transição de condutas coativas para cidadãs, conquanto limitada por empecilhos como descrédito comunitário, déficit de insumos e resistências corporativas.

Esta investigação revela que as iniciativas da PMGO em Goiânia geram consequências localizadas, com declínio moderado a acentuado na criminalidade em territórios atendidos, e um impacto predominantemente favorável na percepção pública, impulsionado por capacitações iniciais avaliadas como satisfatórias. Contudo, limitações emergem da amostra composta por operadores novatos, que pode subestimar perspectivas de profissionais veteranos, e da ausência de dados quantitativos extensos sobre criminalidade, restringindo generalizações. Ademais, a incorporação incipiente de aparatos tecnológicos, como sistemas de monitoramento e aplicativos de denúncia, aponta para oportunidades não exploradas, que poderiam ampliar a escala das ações profiláticas.

Para continuidade, sugere-se a expansão de programas de qualificação permanente com foco em intermediação de tensões e gestão participativa, o robustecimento de alianças com sociedade civil para mitigar desconfiâncias históricas, e a alocação de recursos para tecnologias integradas, promovendo uma operacionalização mais abrangente.

As medidas sugeridas podem solidificar a segurança participativa como alicerce da ordem pública em Goiânia, harmonizando a PMGO a princípios democráticos e contribuindo para uma sociedade mais protegida e inclusiva. Assim, o estudo reforça a necessidade de

transformações estruturais para transcender legados autoritários e maximizar os benefícios dessa filosofia policial.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 653-672, 2016.

BOHN, Maurício Futryk. Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. **Revista Jus Navigandi**, ISSN, p. 1518-4862, 2013.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**.1991. f. 160.Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

CUNHA, Enio Cesar; CUNHA, Atelina Silva. Polícia Militar do Estado de Goiás (154 anos): história, memória e representações. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 5, n. 1, 2013.

FERREIRA, Daniel Victor Sousa; BORGES, Jacqueline Florindo. Policiamento comunitário: dicotomias e imagens fraturadas nas práticas de segurança pública. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 3, 2021.

HAEFLIGER, Claudio Roberto; HERDMAN, Eleandro. Polícia Militar e o papel da polícia comunitária: estratégias para fortalecer a segurança pública. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. e9722-e9722, 2024.

MENEZES, Luiz Maurício Bentim Da Rocha. A Genealogia Do Policiamento Comunitario No Brasil: Contribuições Do Coronel Nazareth Cerqueira. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, 2023.

NUNES, Mariana Azanha Teixeira; SCAMATI, Renata Lacerda Borges. Segurança urbana em cidades inteligentes: integração de tecnologias avançadas e policiamento comunitário para redução da criminalidade. **Revista Linhas Jurídicas**, v. 12, n. 1, p. 330-354, 2025.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MONTANDON, Ana Maria Alemão. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 62-81, 2015.

SILVA, Matheus Coelho Soares Borges; BARROS FILHO, Jorge. O aprimoramento da segurança pública no brasil por meio do modelo de policiamento comunitárioO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 2219-2232, 2024.

SILVA, Daniel; BORBA, Ana Paula de Almeida. Policiamento Comunitário Como Política Pública Para A Efetivação Do Direito Fundamental À Segurança No Município De Santa Cruz Do Sul-RS. **Revista de Direito**, v. 9, n. 1, p. 22-43, 2018.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

APÊNDICE A

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Evolução Histórica do Policiamento Comunitário no Brasil: Análise das Estratégias de Implantação da PMGO em Goiânia e seus Impactos na Prevenção e Repressão à Criminalidade" vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O objetivo deste estudo é analisar a trajetória do policiamento comunitário no Brasil, com foco nas estratégias da PMGO em Goiânia e seus efeitos na prevenção e repressão à criminalidade.

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms, com perguntas de múltipla escolha sobre sua atuação em iniciativas de policiamento comunitário, com duração aproximada de 10 a 15 minutos.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao refletir sobre suas experiências profissionais. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para o aprimoramento das estratégias de policiamento comunitário da PMGO, promovendo uma segurança pública mais eficaz e cidadã.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

() Aceito participar voluntariamente

Qual sua atuação na PMGO?

Aluno soldado

Instrutor

Outros...

Há quanto tempo você atua na PMGO?

Menos de 1 ano

1 a 3 anos

3 a 5 anos

Mais de 5 anos

Você tem conhecimento ou experiência com modelos internacionais de policiamento comunitário (ex.: Koban japonês) e sua possível influência nas práticas da PMGO?

Sim, significativamente

Sim, moderadamente

Não, pouco relevante

Não sei

Na sua percepção, qual marco histórico do policiamento comunitário no Brasil é mais relevante para a PMGO?

Introdução nos anos 1980 (Nazareth Cerqueira)

Programas estaduais nos anos 1990

Expansão nacional nos anos 2000

Nenhum/Não sei

Na sua percepção, qual estratégia de policiamento comunitário é mais comum ou destacada pela PMGO em Goiânia?

Operação de bases comunitárias

Reuniões com lideranças locais

Patrulhamento a pé ou de bicicleta

Programas educativos comunitários

Como você avalia o treinamento recebido para atuar em policiamento comunitário, mesmo que não tenha participado diretamente?

Muito adequado

Adequado

Pouco adequado

Inadequado

Na sua percepção, qual é o principal obstáculo para a implementação do policiamento comunitário em Goiânia?

Escassez de recursos materiais

Resistência institucional

Desconfiança da comunidade

Falta de treinamento especializado

Não há obstáculos

Com base no seu conhecimento, as ações de policiamento comunitário da PMGO reduziram os índices de criminalidade em Goiânia?

Sim, significativamente

Sim, moderadamente

Não, pouco impacto

Não sei

Na sua visão, como você avalia o impacto do policiamento comunitário na confiança da população em Goiânia?

Muito positivo

Positivo

Neutro

Negativo

Qual fator você acredita mais contribui para a eficácia do policiamento comunitário na prevenção de crimes?

Interação direta com a comunidade

Capacitação policial

Apoio institucional

Integração de tecnologias